

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**  
**Período de Análise: 01 a 31 de Outubro de 2008**  
**Área Temática: Relações Internacionais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

<b>Unasul tem na Bolívia seu 1º teste de fôlego</b> – Flavia Marreiro e Samy Adhirni – Folha de São Paulo – Mundo - 05/10/2008 .....	3
<b>Uma nova política externa</b> – João Augusto de Castro Neves – O Globo – Opinião – 07/10/2008 .....	4
<b>NEGOCIAÇÃO ENTRE BRASIL E ÍNDIA NÃO CHEGA A ACORDO</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/10/2008.....	6

### Segunda Quinzena

<b>Brasil será um dos mais afetados na AL, diz estudo</b> – Janaína Lage – Folha de São Paulo – 21/10/2008 .....	6
<b>Disparam ações antidumping abertas na OMC</b> – Folha de São Paulo – 21/10/2008 .....	7
<b>Brasil é protagonista na economia mundial</b> – Gazeta Mercantil – 21/10/2008 .....	7
<b>A seqüência de Bretton Woods?</b> – Sebastian Mallaby - O Globo – O Opinião – 21/10/2008 .....	8
<b>Bush liga para Lula para tratar da crise e Doha</b> – Folha de São Paulo – 22/10/2008....	10
<b>Bush convoca cúpula entre G7 e emergentes</b> – Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro - 23/10/2008 .....	10
<b>Encontro está longe de ser um Bretton Woods</b> – Maurício Moraes – Folha de São Paulo – Dinheiro - 23/10/2008 .....	11
<b>Bush convoca G-20 para discutir crise</b> – Luiza Damé – O Globo – 23/10/2008 .....	12
<b>Uruguai veta Kirchner na secretaria geral da Unasul</b> – Adriana Küchler – Folha de São Paulo – Mundo - 24/10/2008 .....	13
<b>Mercosul faz reunião sobre a crise</b> – Denise Crispim – Estado de São Paulo – 27/10/2008 .....	13
<b>O pior dos mundos</b> – Rubens Barbosa- Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 28/10/2008 .....	15
<b>Mercosul decide ampliar "desdolarização"</b> – Eliane Cantanhêde e Juliana Rocha – Folha de São Paulo – 28/10/2008 .....	17
<b>O pior dos mundos</b> – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 28/10/2008.....	18
<b>Mercosul responde à crise defendendo maior integração</b> – Gazeta Mercantil – 28/10/2008 .....	19
<b>América Latina será região preferencial</b> – Gazeta Mercantil – 28/10/2008.....	21
<b>Reunião do Mercosul fortalece idéia de integração</b> – Jornal do Brasil – 28/10/2008 .....	21
<b>Sem Doha, crise vai superar 1929/ entrevista</b> – Leda Rosa – Jornal do Brasil – 28/10/2008 .....	22
<b>Mercosul criará mecanismo conjunto de salvaguardas e defesa comercial</b> – Eliane Oliveira e Henrique Gomes Batista – O Globo – 28/10/2008.....	23

**Unasul tem na Bolívia seu 1º teste de fôlego** – Flavia Marreiro e Samy Adhirni – Folha de São Paulo – Mundo - 05/10/2008

**Papel central na mediação da crise projetou novo órgão, mas diplomatas divergem sobre suas perspectivas futuras - Alguns acreditam que falta a organismo musculatura para se tornar alternativa à OEA e que ele depende demais de governos da vez**

Criada por impulso do Brasil há apenas seis meses, a Unasul (União de Nações Sul-Americanas) encarou a crise política que assola a Bolívia como seu primeiro grande desafio diplomático. Numa negociação que passou ao largo dos EUA, a aliança empurrou governo e forças opositoras à mesa de diálogo e, agora no difícil papel de facilitadora, entusiasma vários governos no subcontinente.

Mas há dúvidas sobre o fôlego do mais novo organismo multilateral sul-americano. Diplomatas e especialistas consultados pela **Folha** questionam a capacidade de a Unasul sobreviver a uma eventual mudança de ventos políticos e econômicos na região.

Duvidam ainda que tenha a força necessária para se impor como alternativa constante à tradicional Organização dos Estados Americanos (OEA) -com 34 países, sem Cuba, e historicamente uma instância sob batuta americana- na gestão de crises na vizinhança.

No caso da Bolívia, palco de feroz confronto entre governadores autonomistas e o presidente Evo Morales, a Unasul roubou o protagonismo da OEA -onde a hegemonia dos EUA vinha sendo contestada desde a eleição para a secretaria-geral, em 2005, do chileno José Miguel Insulza. Na época, o candidato de Washington era o chanceler mexicano Luiz Ernesto Derbez, que acabou deixando a disputa.

A Unasul foi ágil em reunir Morales e mais oito chefes de Estado em Santiago -o Chile tem a presidência rotativa do grupo-, no último dia 15. Lá, como relatou a **Folha**, o presidente da Bolívia ficou à vontade tanto para denunciar "conspiração" por parte dos EUA quanto para escolher se reprimiria os governadores, que paralisavam parte do país, ou tentaria o diálogo, com amplo respaldo do grupo.

Os ataques à Casa Branca tiveram apoio da Venezuela de Hugo Chávez. A opção do diálogo, que vingou, foi posta na mesa pelo Brasil do moderado Luiz Inácio Lula da Silva. "A Unasul operou com urgência e compromisso numa situação muito sensível, logrando consenso a partir de visões que resultaram convergentes. Um excelente precedente", diz o vice-chanceler chileno, Alberto van Klaveren.

**Personalismos** - É neste ponto que surge um dos primeiros senões à experiência, que, sem musculatura institucional como a da OEA, dependeria excessivamente dos governos de turno. "No momento há um colchão de amortecimento das crises que surge da capacidade de mobilização e de diálogo de alguns governantes. É difícil prever como a Unasul se portará em outro contexto", diz José Flávio Sombra Saraiva, diretor-geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

O ex-embaixador em Washington Rubens Barbosa, hoje assessor da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), segue o raciocínio: a efetividade do fórum político dependerá de quanto tempo permanecerão no poder os aliados Rafael Correa

(Equador), Chávez, Morales e os Kirchner na Argentina. "Se mudar o governo no Brasil, muitos dos fóruns criados, incluindo a Unasul, terão de ser reavaliados à luz dos nossos verdadeiros interesses, e não dos interesses políticos-ideológicos", diz Barbosa. Deste modo, argumenta, a Unasul pode reduzir-se a uma espécie de Grupo do Rio, com reuniões esporádicas.

É também difícil imaginar a Colômbia, a principal aliada dos EUA na região, recorrendo à Unasul, em vez da OEA, em temas nos quais está isolada, como o combate às guerrilhas para além de suas fronteiras.

Washington vê a aliança com cautela. "Aplaudimos qualquer iniciativa diplomática que favoreça o diálogo e a compreensão, mas também acreditamos que mecanismos mais incluídos, como a OEA, deveriam ser consultados e ter papel mais ativo nos esforços regionais", diz James Story, chefe de assuntos políticos do Consulado-Geral dos EUA em São Paulo.

**Complementaridade** - O diplomata Marcos Azambuja, ex-embaixador do Brasil em Paris e Buenos Aires, rebate a idéia de disputa entre as duas instâncias. "A Unasul é filha da proximidade geográfica e cultural. A entidade surge da idéia de que entre países limítrofes é mais fácil resolver os problemas da vizinhança", diz, insistindo em que os organismos devem caminhar juntos. "A OEA tem uma lente mais angular, enquanto a Unasul tem uma mais precisa", compara o diplomata.

O vice-chanceler chileno endossa. "Estamos convencidos de que há complementaridade. Temos que nos acostumar aos exercícios de geometria variável na região", avalia Van Klaveren, que lembra que tanto OEA quanto Unasul são "facilitadoras" do diálogo na Bolívia.

Ainda não há veredicto sobre a estréia da Unasul, em pleno curso. Embora aplauda a participação externa, a oposição boliviana se queixa da presença da Venezuela, aliada de Morales, como "facilitadora" do processo (o formato escolhido para a intervenção do grupo na crise foi frouxo: foi decidido que todos os países-membros enviariam representantes).

Governadores e o presidente têm hoje mais um round de negociações em Cochabamba (centro), sob forte pressão de La Paz para fechar um acordo.

**Uma nova política externa** – João Augusto de Castro Neves – O Globo – Opinião – 07/10/2008

A relação do Brasil com os países vizinhos não é mais a mesma. O episódio recente no Equador, com a expulsão da Odebrecht e a ameaça do presidente Rafael Correa de não pagar um empréstimo do BNDES, constitui mais um capítulo turbulento da diplomacia regional e sublinha uma interrogação cada vez mais freqüente: existe, no âmbito do atual governo brasileiro, uma estratégia política para lidar com esse tipo de situação na América do Sul? Até agora, a principal reação do governo brasileiro foi a de considerar a decisão de Correa como uma jogada política para enfrentar o referendo constitucional da semana passada.

Trata-se de uma postura contemporizadora, mas que não reduz a magnitude do problema. Afinal, os atritos com Bolívia e Paraguai também tiveram motivações político-eleitorais e os interesses brasileiros seguem ameaçados.

Essa cautela, na verdade, emana do princípio de não intervenção nos negócios internos de outros países. O governo brasileiro mantém esse princípio como pedra angular de sua diplomacia, o que tem ajudado a reduzir a desconfiança dos vizinhos, freqüentemente ameaçados pela dimensão do Brasil.

A viabilidade desse princípio, contudo, dependia de uma falta de integração real entre as economias sul-americanas ou de baixo ativismo político de seus governos. O episódio no Equador e as crises na Bolívia e no Paraguai, todavia, lembram que esse não é mais o caso.

A interligação entre as economias regionais está se ampliando e existe uma profunda assimetria entre os parceiros.

A economia brasileira é muito maior do que a de seus vizinhos problemáticos e vai ficar ainda maior. Qualquer processo de integração, portanto, tornará a presença brasileira nesses países mais influente e visível como alvo político.

Além de amenizar as desconfianças históricas, o Brasil tem agora interesses concretos a defender nesses países. Na esteira do aumento do fluxo comercial e de investimentos, portanto, emerge a demanda por um instrumento mais sofisticado para o exercício de influência ou de força por parte do Brasil.

A definição desse instrumento gera todo tipo de discussão e resistência.

A despeito da retórica favorável, a diplomacia brasileira, por exemplo, resiste em fortalecer institucionalmente os organismos regionais, que pouco têm a oferecer em momentos de crise e, muitas vezes, acabam por servir de plataforma política para líderes mais populistas.

Ademais, a própria crença em organismos regionais como solução para crises pode comprovar-se insuficiente ou até mesmo equivocada por parte do governo brasileiro. A fórmula europeia de equilíbrio de poder, que prevaleceu nas relações entre as principais potências daquele continente no século XIX e no pós-guerra, não se aplica facilmente à América do Sul. A assimetria por aqui é tamanha e o único equilíbrio de poder possível seria uma composição dos países hispânicos contra o Brasil.

Outro instrumento ao alcance do Brasil seria uma maior capacitação militar, desde a compra de armamentos ao deslocamento de efetivos militares para a Amazônia, por exemplo. Um tema polêmico que não encontra muita ressonância junto aos principais partidos e a setores do governo Lula. O Plano de Defesa, que atualmente está sendo desenvolvido pelo governo, aliás, poderia sinalizar uma nova estratégia do país no continente e representa uma oportunidade interessante até para o desenvolvimento da indústria bélica no país. As resistências políticas e financeiras para implementá-lo, contudo, são significativas.

Diante dessa realidade, a política externa do atual governo não parece adequada para lidar com os desafios da região.

Uma postura passiva limita o poder de influência do país, seja bilateralmente, seja por meio dos foros regionais, e abre espaço para o surgimento de outras lideranças no continente. Isso é um risco para o Brasil.

\* JOÃO AUGUSTO DE CASTRO NEVES é cientista político. E-mail: castroneves@analisepolitica.com.

**NEGOCIAÇÃO ENTRE BRASIL E ÍNDIA NÃO CHEGA A ACORDO** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/10/2008

Em Nova Déli, o chanceler Celso Amorim conversou por mais de quatro horas com o ministro de Comércio, Kamal Nath, mas a princípio não conseguiu persuadi-lo a retomar as negociações. As conversas fracassaram em julho último, depois que Índia e EUA chegaram a um impasse sobre questões agrícolas. Mas nem tudo está perdido: "Há uma janela de oportunidade, e temos de aproveitá-la", disse Nath. O Brasil considera Doha um bom remédio para atual crise.

**Brasil será um dos mais afetados na AL, diz estudo** – Janaína Lage – Folha de São Paulo – 21/10/2008

O Brasil será um dos países mais afetados na América Latina pela crise do mercado financeiro, de acordo com estudo da UFRJ. Para o economista Reinaldo Gonçalves, a blindagem do Brasil contra a crise é de "papel crepom" em razão da vulnerabilidade externa e de erros de estratégia e de política econômica do governo Lula. Segundo o estudo, os argumentos que sustentam a maior blindagem do país para lidar com a crise são falsos, como a menor dependência dos EUA na exportação, o elevado nível de reservas internacionais e o dinamismo da absorção interna.

Segundo Gonçalves, apesar de o país ter reduzido a participação das exportações para os EUA de 24,7% em 2001 para 18% em 2006, houve aumento no período da participação de países como China e México, que têm economias dependentes do mercado americano.

Em relação às reservas internacionais, Gonçalves argumenta que o país já perdeu mais de US\$ 4 bilhões desde que o Banco Central começou a intervir no mercado de câmbio para evitar que o dólar continuasse em alta. Segundo ele, as reservas são pequenas se comparadas ao passivo externo do país, que passou de US\$ 343 bilhões em 2002 para US\$ 939 bilhões em 2007. Ele representa o estoque de todos os recursos estrangeiros no país, incluídas aplicações financeiras, investimentos produtivos e empréstimos. Houve um erro grave do governo, de ter permitido um dos maiores desalinhamentos cambiais da América Latina."

## **Disparam ações antidumping abertas na OMC – Folha de São Paulo – 21/10/2008**

Em mais um possível efeito da desaceleração econômica global, a OMC (Organização Mundial do Comércio) registrou uma disparada no número de ações antidumping (de defesa comercial) entre janeiro em junho deste ano.

Segundo a entidade, no primeiro semestre foram abertas 85 novas investigações, a pedido de 16 países, aumento de 39% ante o mesmo período de 2007. O Brasil pediu sete investigações e foi alvo de duas.

Embora não admitam a relação abertamente, fontes da OMC dizem que o agravamento da crise reforçou a necessidade de os países protegerem seus mercados - a ação antidumping é uma alternativa para isso. A expectativa na OMC é que o número de casos crescerá mais.

## **Brasil é protagonista na economia mundial – Gazeta Mercantil – Jairo Soares de Assis - 21/10/2008**

O governo brasileiro deveria juntar-se à sociedade para simplificar a atividade empresarial e situar o País em um novo patamar, acima de China, Índia e Rússia.. De acordo com Nelson Tanure, presidente do conselho de administração da Companhia Brasileira de Multimídia (CBM) a crise financeira internacional marcou o encerramento de uma fase do capitalismo mas resultou também em um efeito purificador das relações econômicas. "A saída da crise aponta para um rumo, é o da produção e da criatividade", afirmou Tanure durante o evento de lançamento da 32ª edição do Balanço Anual da Gazeta Mercantil. Segundo o presidente da CBM, os banqueiros que apoiavam a atividade produtiva foram substituídos em grande medida por intermediários que passaram a operar uma gama significativa de recursos "sem qualquer respeito a fundamentos econômicos, como a análise do bom e velho balanço patrimonial". Alimentado pela desregulamentação do mercado norte-americano, os denominados "traders e brokers" criaram um ambiente que sem sintonia com a lógica econômica.

Diante de uma platéia composta por cerca de 350 empresários de diversos segmentos da indústria e do comércio, Tanure traçou um perfil do quadro econômico mundial e destacou as vantagens que o Brasil detêm para superar as dificuldades e os desafios que os países terão que enfrentar.

A atividade dos bancos foi muito distorcida", comentou. O sistema financeiro que gerou o quadro de instabilidade econômica "ofereceu péssimos paradigmas para o mundo". O Brasil, como vários países, conta com agências reguladoras nos campos da energia, telecomunicações, transportes, entre outras atividades. O Banco Central fiscaliza com eficiência as instituições financeiras em todo seu espectro. Com esta estrutura, o País não foi envolvido no "derretimento generalizado" do mercado financeiro internacional. Para Tanure, esta condição foi assegurada pela "competência e sobriedade" com que o presidente Henrique Meirelles conduziu o BC desde 2003.

Na avaliação de Tanure, "ao lado dos imperativos da educação e da inovação tecnológica, haveremos de voltar ao momento fundador de uma nova livre iniciativa alicerçada na visão e no trabalho duro", afirmou.

## **Emergentes estão mais protecionistas, diz OMC/Estatal chinesa quer investir no pré-sal/Breves – Estado de São Paulo – 21/10/2008**

Emergentes estão mais protecionistas, diz OMC

O número de medidas protecionistas no comércio explodiu. Dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) apontam que os países passaram a adotar medidas anti-dumping para frear importações, principalmente da China. O Brasil foi o sexto país que mais adotou as medidas em 2008 e a entidade alerta que os emergentes já usaram mais medidas protecionistas este ano que os países ricos. No total, 16 países iniciaram 85 investigações de dumping. Apenas 31 vieram dos países ricos. No total, o Brasil aplica 39 medidas anti-dumping - 20 delas contra produtos chineses.

### **MAIS CONTROLE**

Norma de derivativo em audiência pública

A presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Maria Helena Santana, afirmou que colocará em audiência pública, ainda nesta semana, a norma que irá regulamentar a demonstração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, nos balanços de companhias abertas. A discussão será feita em parceria com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e está dentro do cronograma de convergência com o padrão contábil internacional.

5,0% foi o aumento da produção de aço em setembro em relação ao mesmo mês de 2007 para 3 milhões de toneladas. Os números, divulgados pelo IBS, não têm ainda influência da crise financeira e, segundo o instituto, é cedo para rever as expectativas de crescimento

“Vamos pressionar para que a Opep não corte a produção e dialogue com os consumidores”

Gordon Brown, primeiro-ministro britânico, temendo a alta do petróleo

### **SENSO DE OPORTUNIDADE**

Estatal chinesa quer investir no pré-sal

A China promete investimentos multibilionários em obras de exploração de petróleo no pré-sal brasileiro. Em entrevista ao Estado, o presidente da China National Offshore Oil Corp, Fu Chengyu (CNOOC), garante que “não há crise” e a estatal chinesa vai aproveitar os “momentos difíceis” para as empresas ocidentais e se posicionar nos mercados. “Em pouco tempo, vocês verão uma grande cooperação e joint venture entre a CNOOC e a Petrobrás.”

## **A seqüência de Bretton Woods? – Sebastian Mallaby - O Globo – O Opinião – 21/10/2008**

A crise financeira está longe do fim, mas a vontade de já extrair lições é irresistível. Os europeus pressionaram por uma nova conferência de Bretton Woods, que em 1944 vacinou o mundo contra mais uma Grande Depressão. Apesar de a original só ter ocorrido anos após a Depressão, Grã-Bretanha e França estão firmes no propósito de aprovar uma nova versão em semanas.

Defensores de Bretton Woods dizem que o sistema financeiro precisa de regulação global. Uma idéia é centralizar as trocas de contratos entre instituições, mas países podem



unilateralmente estabelecer leis para trocas de contratos e instituições de todo o mundo podem usá-las.

Uma segunda reforma seria a redução das pirâmides de dívidas do sistema financeiro. Apesar de a alavancagem (conta resultante de quanto um banco tem em empréstimos e outras operações sobre seu patrimônio líquido) ser perigosa, um novo Bretton Woods não solucionará isto. Levamos cinco anos para negociar o Acordo de Basiléia II, que controla o nível de alavancagem. E ele se mostrou sem efeito.

Então o que um novo Bretton Woods poderia fazer de útil? Poderia reformar o Fundo Monetário Internacional (FMI), que viu seu papel definhar. O Fundo impõe condições econômicas aos empréstimos enquanto governos colocam restrições políticas. Não queremos reviver a Guerra Fria, quando países podiam perseguir políticas absurdas, mas recebiam ajuda por causa de estratégia política.

A ironia é que Grã-Bretanha e França seriam as primeiras a resistir a um esforço sério para reavivar o FMI. Uma reforma séria do Fundo deve começar por seu conselho. Poderes em ascensão como China e Índia merecem ter a voz ampliada. Poderes em declínio precisam abdicar de alguma influência - e isso inclui França e Grã-Bretanha.

É claro que há um papel a ser exercido pela cooperação global. Mas vale lembrar que, após a crise de 1997, também se debateu sobre uma nova arquitetura financeira internacional. No fim, as únicas reformas foram as nacionais. Governos obtiveram superávits fiscais e acumularam reservas internacionais para se proteger do próximo choque. Este choque chegou e estamos prestes a descobrir se as mudanças foram suficientes. Uma coisa é certa: elas não foram resultado de nenhuma conferência internacional. *\*SEBASTIAN MALLABY é colunista do "Washington Post"*

### **Vagas em xeque no Mercosul – Bruno Villas Boas - O Globo – O Mundo – 21/10/2008**

Os ministros do Trabalho dos quatro países do Mercosul e das nações associadas - Chile e Venezuela - reconheceram, em declaração assinada ontem no Rio, que a crise global poderá afetar a geração de emprego na região. Para o ministro venezuelano, Roberto Hernández, a turbulência financeira é grave e poderá ter efeitos sobre o crescimento econômico.

- E o mercado de trabalho normalmente é o primeiro a sofrer.

A vice-ministra do Trabalho da Argentina, Noemi Rial, defendeu uma integração entre os países da região para minimizar impactos sobre a geração de empregos.

O discurso que destoou foi o do ministro brasileiro, Carlos Lupi, para quem a crise não será sentida de imediato no Mercosul. Ele acrescentou que o estudo divulgado ontem pela OIT não reflete a realidade econômica da região.

- O nosso cenário não é esse - disse Lupi. (Bruno Villas Bôas)

## **Bush liga para Lula para tratar da crise e Doha – Folha de São Paulo – 22/10/2008**

Em telefonema ontem ao Palácio do Planalto, o presidente dos EUA, George W. Bush consultou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a idéia de uma cúpula para tratar da crise global.

A idéia de Bush é organizar, em meados de novembro, uma espécie de encontro ampliado do G-8 (sete países mais ricos do mundo e a Rússia), incluindo países emergentes como o Brasil, para discutir mecanismos que evitem no futuro uma crise financeira como a atual.

Na conversa de 15 minutos, Lula não apenas concordou com a sugestão como declarou ser "imprescindível" um encontro desta envergadura. O local e a data ainda não estão definidos.

Bush e Lula também falaram da Rodada Doha de liberação comercial. Bush quis saber detalhes da viagem do brasileiro à Índia, país dominado pela agricultura familiar, apontado como um dos responsáveis pelo fracasso da rodada, depois de duelar com os EUA nesta questão.

Lula disse ter visto um "clima favorável" em território indiano, na semana passada, e que, se depender da Índia, as negociações de Doha serão retomadas em breve.

## **Bush convoca cúpula entre G7 e emergentes – Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro - 23/10/2008**

**Reunião será em Washington, em 15 de novembro, e tentará redesenhar parte da estrutura internacional da economia - Encontro terá os integrantes do G7 e representantes de economias como Argentina, Brasil, China, Coréia do Sul, Índia, México e Rússia**

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, oficializou ontem a realização de uma cúpula no mês que vem para discutir a atual crise financeira e tentar redesenhar parte da estrutura internacional da economia. O anúncio veio num dia de quedas generalizadas nos principais mercados de ações do planeta e de temor de recessão em vários países.

São esperados para a cúpula todos os países integrantes do chamado G20, composto pelos membros do G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá) e mais um grupo de nações emergentes que inclui Argentina, Brasil, China, Coréia do Sul, Índia, México e Rússia.

A reunião, oficialmente chamada de Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial, será durante todo o dia 15 de novembro, um sábado. O local ainda não está definido. Deve ser escolhido um edifício na região de Washington. Na noite anterior, os chefes de Estado dos 20 países participarão de um jantar na Casa Branca.

Segundo a secretária de imprensa do governo norte-americano, Dana Perino, não está ainda clara a extensão das alterações para o sistema financeiro mundial que poderão emergir desse encontro. A reunião pode ser um "novo Bretton Woods", a depender do grau

de compromisso dos governos presentes.

Bretton Woods é o nome do tratado assinado na cidade homônima, em 1944, nos EUA, quando foram formatadas as instituições multilaterais que passaram a comandar a economia planetária -o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. Há um consenso hoje entre a maioria dos governos sobre a obsolescência desses organismos para reagir com rapidez e eficácia no atual mundo globalizado.

A decisão de Bush de comandar o processo ocorreu depois de muita reticência. A idéia de realizar a cúpula nasceu dentro do G8, o clube dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia. O primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, anunciou há menos de dez dias que o encontro poderia ser esperado para as próximas semanas. Faltava a adesão dos EUA.

No último sábado, Bush foi pressionado pessoalmente em Washington. Recebeu o presidente da França, Nicolas Sarkozy, e o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso. Nesse encontro, ficou tudo acertado, e o norte-americano aceitou sediar a cúpula, apesar de o momento ser politicamente delicado para ele: dia 4 de novembro o país elege um novo presidente, que toma posse em 20 de janeiro.

Bush pediu um tempo para fazer algumas prospecções políticas e diplomáticas. Consultou os dois candidatos que concorrem à Casa Branca, o democrata (oposição) Barack Obama e o republicano John McCain. É possível que o vencedor participe da cúpula.

Além disso, Bush passou também a telefonar pessoalmente para os líderes do G20. O presidente Lula foi um dos que conversaram com Bush. Quando ficou claro que todos os países apoiavam a iniciativa, a Casa Branca resolveu ontem oficializar a notícia.

### **Encontro está longe de ser um Bretton Woods – Maurício Moraes – Folha de São Paulo – Dinheiro - 23/10/2008**

Bretton Woods 2. A reunião dos países do G20, convocada ontem pelo presidente americano George W. Bush para 15 de novembro, já ganhou uma alcunha. O termo é uma referência ao encontro histórico que em 1944 redesenhou o sistema financeiro mundial.

Na reta final da 2ª Guerra, com a Europa destruída, 44 países se reuniram na cidade americana de Bretton Woods sob a batuta dos EUA, criando instituições como o FMI e o Banco Mundial. "Eu sou muito cético [sobre a idéia de um Bretton Woods 2]", diz Rubens Ricupero. Para o ex-ministro da Economia, a cúpula deve resultar apenas numa maior regulamentação do mercado.

O economista Luís Gonzaga Belluzzo, da Unicamp, também crê na necessidade de uma "supervisão financeira global". "Talvez um novo organismo", diz, para evitar bolhas como a do subprime.

Seria o tal organismo um super Banco Central internacional? "Essa era a proposta do [economista inglês John] Keynes [em 1944]. Ele defendia uma espécie de moeda internacional, com gestão multilateral" para servir como referência às reservas nacionais.

Sua proposta não vingou e o dólar se estabeleceu definitivamente como a moeda internacional. Foi o chamado "padrão-ouro", que estabelecia um rastro do metal para cada dólar americano. Os demais países tinham, então, suas reservas referenciadas em dólar e poderiam trocar no Federal Reserve seus dólares por ouro. Em 1971, no governo Richard Nixon, os EUA abandonaram unilateralmente o sistema. Nascia o câmbio flutuante e começava a grande farra.

**A festa americana** - "Há quem diga que nós já vivemos um segundo Bretton Woods", diz Ricupero, referindo-se ao atual "equilíbrio" financeiro, iniciado com o câmbio flutuante.

Desde então, os EUA se sentiram livres para se endividar. Seus principais credores passaram a ser a China e os "tigres asiáticos", cujas economias exportadoras cresceram vertiginosamente no lastro do apetitoso mercado importador americano.

O redesenho deste sistema a la Bretton Woods incluiria a revisão desta relação, o que parece pouco provável, a julgar pelos polpudos US\$ 6 trilhões em reservas dos asiáticos (quase metade do PIB de US\$ 14 trilhões dos EUA)

#### **Bush convoca G-20 para discutir crise – Luiza Damé – O Globo – 23/10/2008**

Lula e premier australiano dizem que reunião deve servir para destravar OMC

WASHINGTON, MADRI e BRASÍLIA. O presidente americano, George W. Bush, convidou representantes de 20 países, entre eles o Brasil, para uma reunião sobre economia no dia 15 de novembro, em Washington, anunciou ontem a Casa Branca. A iniciativa poderá levar a uma revisão geral de longo alcance das regras que governam os mercados financeiros. O encontro ocorrerá menos de duas semanas após as eleições presidenciais, o que demonstra a urgência da medida. A Casa Branca disse que Bush ouvirá sugestões de seu sucessor, mas não deixou claro se participará do evento.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro da Austrália, Kevin Rudd, combinaram ontem afinar o discurso na reunião de Washington. Numa conversa por telefone de cerca de 25 minutos, o primeiro-ministro disse a Lula que considera importante que Brasil e Austrália coloquem suas posições sobre a conjuntura econômica internacional. Rudd disse a Lula que a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) deve ser abordada no encontro. Lula concordou com Rudd que os países devem fazer um gesto forte em favor das negociações.

A reunião terá ampla agenda, estabelecendo as bases para que os líderes trabalhem sobre princípios comuns para reformar os regimes regulatórios e institucionais dos setores financeiros mundiais, segundo a porta-voz de Bush, Dana Perino. Há várias semanas, Bush vinha sendo pressionado por líderes europeus, sobretudo seu colega francês, Nicolas Sarkozy, a realizar um encontro entre potências para discutir a crise financeira.

Tesouro americano quer ajudar mutuários

O convite da Casa Branca abrange o G-20, que engloba nações ricas e emergentes. Seus membros são: Argentina, Austrália, Brasil, Grã-Bretanha, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia do Sul, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, EUA e União Européia

Apesar da pressão do chefe de governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, seu país não foi convidado para o encontro. Apesar disso, a Casa Branca disse que está disposta a ouvir as idéias que a Espanha quiser apresentar na reunião.

Já o secretário do Tesouro dos EUA, Henry Paulson, disse ontem que pretende intensificar seus esforços para conter o número recorde de execuções de hipotecas, que envolvem o arresto do imóvel financiado, usando parte do fundo de socorro financeiro de US\$700 bilhões do governo para comprar contratos de crédito imobiliário.

E o banco central americano anunciou ontem que elevará as taxas de juros que paga aos bancos pelo excedente de recursos que mantêm depositados, para continuar injetando dinheiro no sistema financeiro sem afetar a política monetária do BC. (Colaborou, Luiza Damé)

#### **Uruguai veta Kirchner na secretaria geral da Unasul – Adriana Küchler – Folha de São Paulo – Mundo - 24/10/2008**

Retomando um antigo conflito diplomático, o governo do Uruguai afirmou que não apoiará a candidatura do ex-presidente argentino Néstor Kirchner (2003-2007) à secretaria geral da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

O veto do presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, está relacionado ao apoio de Kirchner ao bloqueio de uma passagem de fronteira entre os dois países por argentinos que protestam contra a instalação de uma fábrica de celulose no lado uruguaio. A passagem está fechada há mais de dois anos.

A Argentina se declarou ofendida pela posição de Vázquez. "O governo considera uma ofensa ao povo argentino, à Unasul e aos países que apóiam a candidatura do ex-presidente Néstor Kirchner", afirmou a Chancelaria em Buenos Aires.

Segundo a mandatária chilena, Michelle Bachelet, atual presidente do novo bloco de nações, o secretário-geral do grupo deve ser eleito por unanimidade. A candidatura de Kirchner, atual presidente do Partido Justicialista (peronista), foi proposta pelo presidente do Equador, Rafael Correa, e seria apoiada por Brasil e Venezuela.

#### **Mercosul faz reunião sobre a crise – Denise Crispim Marin – Estado de São Paulo – 27/10/2008**

Autoridades dos quatro países do Mercosul e dos seus associados - Chile, Colômbia, Bolívia, Equador, Peru e Venezuela - tentarão selar um acordo para evitar que as respostas unilaterais à crise financeira internacional gerem uma escalada protecionista na região. O compromisso será discutido em uma reunião em Brasília de chanceleres, ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais desses dez países amanhã, onze dias depois de o governo de Cristina Kirchner ter reeditado a clássica reação argentina a situações de crise

econômica, a adoção barreiras contra uma suposta "avalanche" futura de produtos importados no mercado local. A precaução contra uma onda de proteção interessa especialmente ao Brasil, que acumula, entre janeiro e setembro deste ano, um superávit de US\$ 10,8 bilhões no comércio com esses vizinhos.

"Temos de discutir como evitar que o patrimônio da integração não se perca, às vezes por uma reação a problemas que vêm de outros lugares", declarou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. "A nossa expectativa é fazer com que, no futuro, haja uma ação coordenada, transparente e que não prejudique as relações entre os países da América do Sul." Esse primeiro encontro sul-americano desde o início da crise não deve gerar medidas conjuntas específicas. Amorim advertiu que nem mesmo a cúpula do G20, convocada pela Casa Branca para novembro, deverá gerar uma resolução comum. Mas a iniciativa de expor receitas individuais e de trocar idéias, para o chanceler, pode evitar a repetição de uma das soluções mais desastradas da Crise de 1929 - a escalada protecionista.

Ex-secretário de Comércio Exterior da Argentina, o consultor Félix Peña concorda que uma guinada protecionista dos países do Mercosul e de seus associados tenderia a agravar a situação econômica da região. Mas adverte que o bloco e seus associados devem manter-se atentos ao possível desvio para o mercado sul-americano de exportações da Ásia - sobretudo, da China - antes endereçadas para os Estados Unidos e a Europa. Daí a relevância, em seu ponto de vista, do encontro extraordinário do Conselho do Mercado Comum (CMC).

A reunião extraordinária do CMC, instância máxima de decisão do Mercosul, havia sido solicitada no último 9 de outubro pelo precavido governo argentino ao Brasil, o país que preside o Mercosul neste semestre. No dia seguinte, Cristina Kirchner declarou à imprensa que lançaria mão de "todos os instrumentos necessários que temos no Mercosul para manter o superávit", para "defender o trabalho dos argentinos e também os investimentos".

No último dia 15, o governo Kirchner cedeu às pressões protecionistas de sindicalistas e industriais e anunciou que a alfândega intensificaria a aplicação do critério de valoração aduaneira sobre 21.660 itens importados. Entre esses itens estão os tecidos de algodão e os calçados - produtos exportados pelo Brasil e que foram alvos de barreiras da Argentina em 1999 - e a linha branca e outros eletrodomésticos - que sofreram restrições em 2004. As medidas foram adotadas com a ressalva de que o comércio com o Brasil não seria afetado.

Diante da desvalorização de mais de 30% do real desde o início de setembro, fontes de Brasília avaliam que itens brasileiros serão pegos pela malha fina da valoração aduaneira argentina. Na semana passada, as pressões de empresários por uma depreciação mais forte do peso, para acompanhar o real, foram intensificadas. Para o economista Fábio Giambiagi, do BNDES, essas pressões refletem a "dificuldade mental" da sociedade e do governo argentinos em entender que a desvalorização do real se deve à flutuação do câmbio e que, no Brasil, "o presidente da República não telefona ao presidente do BC para dizer em que ponto quer o câmbio naquele dia".

Na mesma ocasião, Cristina advertiu que seu governo pode vir a aplicar o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), as medidas de salvaguardas no comércio Brasil-Argentina, criado em 2006. O governo Kirchner também sinalizou sua intenção de obter o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao aumento da Tarifa Externa Comum (TEC), aplicada pelos sócios originais do Mercosul a produtos mais vulneráveis à

concorrência externa. O Brasil resiste à idéia. Para não contaminar o encontro, o Itamaraty agendou uma reunião paralela de argentinos e brasileiros para discutir essas iniciativas.

O Itamaraty anotou o cuidado inédito do governo argentino de notificá-lo sobre as novas medidas adotadas e a opção por um tom "menos agressivo" que o do passado. O pior dos mundos seria uma guerra comercial. "Nesse caso, a Argentina será tão prejudicada quanto o Brasil, uma vez que o mercado brasileiro é o principal destino de suas exportações", afirma um técnico do governo.

**O pior dos mundos** – Rubens Barbosa- Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 28/10/2008

A retomada das negociações comerciais, no contexto da Rodada de Doha, está, na melhor das hipóteses, adiada até 2010.

As negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), baseadas no princípio de nação mais favorecida (a redução tarifária oferecida a um país deve ser estendida a todos), são importantes não só porque tratam de temas sistêmicos, como antidumping, mas porque são a única instância em que se pode discutir a redução dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos. Por essas razões, os acordos bilaterais não são um substituto para o acordo multilateral no âmbito da OMC. Ao contrário, tornam mais complexos os controles alfandegários e introduzem regras discriminatórias que podem distorcer os fluxos de comércio.

Apesar disso, o regionalismo e as negociações de acordos bilaterais se fortaleceram enquanto se arrastavam os entendimentos multilaterais na OMC. Durante os sete anos de negociação de Doha, mais de cem acordos entraram em vigor. Em 2006 foram registrados 16 novos acordos na OMC.

Cerca de 400 acordos regionais e bilaterais devem entrar em vigor em 2010 e 2015. Apenas a Mongólia, um dos 153 países membros da OMC, não fez nenhum acordo paralelo. No dia 28 de agosto, imediatamente após a suspensão das negociações de Doha, a Índia assinou acordo de livre comércio com os dez países (Mianmar, Laos, Tailândia, Camboja, Vietnã, Filipinas, Malásia, Brunei, Cingapura e Indonésia) da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean).

A União Européia (UE), com metade dos acordos bilaterais em vigor, adota, quando necessário, atitudes pragmáticas, como ocorreu agora com a Comunidade Andina. A fim de contornar as dificuldades de avançar os entendimentos com uma única voz e em vista da posição da Bolívia e do Equador, a UE resolveu levar adiante as negociações de acordos bilaterais com o Peru e a Colômbia.

China e Japão mudaram sua posição tradicional contrária a acordos bilaterais. O Japão já tem acordos com Cingapura, Malásia e Filipinas, além de México e Chile. O mesmo ocorre com a China. Ambos os países estão engajados na formação de um bloco

asiático de livre comércio, reunindo 16 países - Asean mais China, Japão, Índia, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

Algumas idéias contrárias ao livre comércio começaram a prosperar diante da incerteza do futuro das negociações multilaterais. Países asiáticos (Tailândia, Vietnã, Mianmar, Camboja e Laos) estudam formar um cartel do arroz para fixar o preço do produto. Para garantir seu suprimento países importadores de alimentos estão competindo para fechar acordos bilaterais confidenciais com países exportadores desses produtos. Países exportadores de arroz, trigo e soja, como Argentina, Vietnã e Rússia, restringiram suas vendas externas, aumentando a insegurança dos mercados.

Enquanto no mundo real é isso que está ocorrendo, o governo brasileiro apostou todas as suas fichas na Rodada de Doha. Agora, tentando recuperar o tempo perdido, anuncia que pretende engajar-se em negociações bilaterais de abertura de mercado. A UE, os países asiáticos e alguns pequenos países em desenvolvimento formam as prioridades declaradas pelo Itamaraty, com o apoio do setor privado.

O equívoco dessa estratégia de negociação externa do Itamaraty nos últimos seis anos fica evidenciado quando nos deparamos com os desafios que vão ter de ser enfrentados para discutir acordos bilaterais:

A alta competitividade da agricultura brasileira dificultará a negociação de um acordo equilibrado com terceiros países, que relutarão em abrir seus mercados, mesmo em troca de concessões nos setores de bens industriais e de serviços (como deverá ser o caso da negociação com a UE);

a baixa competitividade de alguns setores industriais será um obstáculo à negociação, dada a resistência de alguns setores em aceitar rebaixas tarifárias significativas;

a diferença de atitudes em relação aos acordos bilaterais no âmbito do Mercosul (defensiva da Argentina e ofensiva do Brasil) dificultará a coordenação interna, situação que poderá agravar-se com a entrada da Venezuela;

resistência dos parceiros latino-americanos ao aprofundamento dos acordos bilaterais no âmbito da Aladi pelo temor de invasão dos produtos brasileiros em seus mercados e pela frustração derivada da dificuldade em ampliar a participação de seus produtos no mercado brasileiro;

a proliferação dos acordos bilaterais está criando uma nova agenda ao introduzir novas regras que passarão a reger o comércio internacional nos próximos anos. À margem da OMC, os acordos de livre comércio estão introduzindo normas inovadoras em áreas politicamente sensíveis, como investimentos, concorrência, facilitação de comércio, compras governamentais, propriedade intelectual, comércio eletrônico, trabalho e meio ambiente.

A negociação de acordos comerciais, portanto, não há de ser fácil.



As novas regras, como as cláusulas sociais e de meio ambiente, serão questões que o governo brasileiro terá de encarar. As dificuldades de negociação no âmbito do Mercosul, mais cedo ou mais tarde, terão de ser enfrentadas com o mesmo pragmatismo da UE, que mudou de posição e decidiu negociar individualmente com Peru e Colômbia.

O Brasil não pode ficar à margem das negociações para a abertura de mercado a seus produtos agrícolas, industriais e de serviços, sobretudo levando em conta as transformações por que passa o mundo e mais ainda, agora, diante da desaceleração econômica derivada da crise financeira. Uma estreita parceria governo-setor privado facilitará a defesa de nossos interesses concretos nessas negociações. *\*Rubens Barbosa, consultor de negócios, é presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp*

**Mercosul decide ampliar "desdolarização"** – Eliane Cantanhêde e Juliana Rocha – Folha de São Paulo – 28/10/2008

Integrantes do bloco e associados querem reduzir transações comerciais em dólar, como Brasil e Argentina já fazem hoje

Reunidos em Brasília para buscar saídas para a crise, países discutem criar um mecanismo comum contra ameaça de "dumping"

O ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) defendeu ontem a criação de um mecanismo comum da América do Sul contra a ameaça de "dumping", caso países como a China venham a despejar no continente o excedente de sua produção rejeitado em outras partes do mundo por causa da crise e da recessão internacional.

Em reunião realizada ontem no Itamaraty, ministros de economia e do exterior e presidentes de bancos centrais decidiram desdolarizar as transações comerciais entre os países do Mercosul e de seus associados, aplicando para toda a região um processo já iniciado entre o Brasil e a Argentina.

Também decidiram acelerar a criação do Banco do Sul, que foi proposto pela Venezuela para criar reservas para ajudar países da região em dificuldade.

"Não acredito que haja "dumping" [exportação a preços abaixo dos preços internos], mas, se houver, saberemos responder. Poderemos usar mecanismos de defesa comercial em conjunto", disse Amorim, depois de uma reunião com ministros e representantes de 12 países, para discutir a crise financeira.

Ele, porém, ressaltou que não há um mecanismo comum, que teria de ser criado com a "coordenação dos modelos de cada país". Ressaltou, ainda, que a via de saída da crise não é o protecionismo: "Entendemos que a resposta é mais integração e mais comércio, menos subsídio e menos distorção".

Na reunião, também foi defendida maior integração financeira (de serviços bancários, de capitais e de seguro) e o fortalecimento de organismos internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Não houve acordo em relação à proposta da Argentina de aumentar a TEC (Tarifa Externa Comum) do Mercosul para produtos como têxteis, móveis e confecções. Isso será tema de discussão bilateral com o Brasil, antes de ser ampliada para os demais países do Mercosul.

**Punição a especuladores** - Na opinião do ministro das Finanças da Venezuela, Ali Rodríguez, a crise financeira caracteriza um "crime contra a humanidade", pois vai resultar em "1 bilhão de pobres a mais no mundo". O país propôs, e o documento final mencionou, mas não como decisão, convocar uma reunião de chefes de Estado na ONU para discutir punições contra os "especuladores", a quem culpa pela crise. De outro lado, o Brasil contrapôs a convocação do Conselho Econômico e Social da ONU, para discutir, por exemplo, uma reforma da arquitetura financeira internacional. Também foi discutida uma comissão de monitoramento das medidas que cada país tomar.

O chanceler do Chile, Alejandro Foxley, sugeriu que os países da região proponham ao G-8 (grupo dos países mais desenvolvidos, mais a Rússia) que depositem recursos no BID e na CAF (Comissão Andina de Fomento) e, assim, criem uma reserva para ajudar os países mais prejudicados pela crise. Participaram da reunião de ontem: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Peru, Equador, Colômbia, Chile, Bolívia, Guiana e Suriname.

#### **O pior dos mundos – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 28/10/2008**

A retomada das negociações comerciais, no contexto da Rodada de Doha, está, na melhor das hipóteses, adiada até 2010.

As negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), baseadas no princípio da nação mais favorecida (a redução tarifária oferecida a um país deve ser estendida a todos), são importantes não só porque tratam de temas sistêmicos, como antidumping, mas porque são a única instância onde se pode discutir a redução dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos.

Apesar disso, o regionalismo e as negociações de acordos bilaterais se fortaleceram enquanto se arrastavam os entendimentos multilaterais na OMC. Durante os sete anos de negociação de Doha, mais de 100 acordos entraram em vigor. Em 2006, foram registrados 16 novos acordos na OMC.

Cerca de 400 acordos regionais e bilaterais devem entrar em vigor em 2010 e 2015. Apenas a Mongólia, um dos 153 países membros da OMC, não fez nenhum acordo paralelo. No dia 28 de agosto — imediatamente após a suspensão das negociações de Doha, a Índia assinou acordo de livre comércio com os dez países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean).

A União Européia (UE), com metade dos acordos bilaterais em vigor, adota quando necessário atitudes pragmáticas como ocorreu agora com a Comunidade Andina. A fim de contornar as dificuldades de avançar os entendimentos com uma única voz e em vista da posição da Bolívia e do Equador, a UE resolveu levar adiante as negociações de acordos bilaterais com o Peru e a Colômbia.

China e Japão mudaram sua posição tradicional contrária a acordos bilaterais e estão engajados na formação de um bloco asiático de livrecomércio, reunindo 16 países.

Algumas idéias, contrárias ao livrecomércio, começaram a prosperar diante da incerteza do futuro das negociações multilaterais. Países asiáticos estudam formar um cartel do arroz para fixar o preço do produto. Para garantir seu suprimento, países importadores

de alimentos estão competindo para fechar acordos bilaterais confidenciais com países exportadores de alimentos.

Enquanto no mundo real é isso que está ocorrendo, o governo brasileiro apostou todas as suas fichas na Rodada de Doha. Hoje, tentando recuperar o tempo perdido, anunciou que pretende engajar-se em negociações bilaterais de abertura de mercado. A União Européia, os países asiáticos e alguns pequenos países em desenvolvimento formam as prioridades declaradas pelo Itamaraty, com o apoio do setor privado.

O equívoco dessa estratégia de negociação externa do Itamaraty nos últimos seis anos fica evidenciado quando nos deparamos com os desafios que vão ter de ser enfrentados para discutir acordos bilaterais: — a alta competitividade da agricultura brasileira dificultará a negociação de um acordo equilibrado com terceiros países, que relutarão em abrir seus mercados; — a baixa competitividade de alguns setores industriais será um obstáculo à negociação devido à resistência de alguns setores a aceitar rebaixas tarifárias significativas; — a diferença de atitudes em relação aos acordos bilaterais no âmbito do Mercosul (defensiva da Argentina e ofensiva do Brasil) dificultará a coordenação interna, situação que poderá agravar-se com a entrada da Venezuela; — resistência dos parceiros latinoamericanos para o aprofundamento dos acordos bilaterais no âmbito Aladi pelo temor de invasão de produtos brasileiros; — a proliferação dos acordos bilaterais está criando uma nova agenda ao introduzir novas regras como investimentos, concorrência, facilitação de comércio, compras governamentais, propriedade intelectual, comércio eletrônico, trabalho e meio ambiente que passarão a reger o comércio internacional nos próximos anos.

A negociação de acordos comerciais, portanto, não há de ser fácil.

O Brasil não pode ficar à margem das negociações para a abertura de mercado para seus produtos agrícolas, industriais e de serviços, sobretudo levando em conta as transformações por que passa o mundo e mais ainda, agora, diante da desaceleração econômica derivada da crise financeira.

#### **Mercosul responde à crise defendendo maior integração – Gazeta Mercantil – 28/10/2008**

Mais do que garantir a implantação de medidas que efetivamente combatam os efeitos da crise financeira internacional, a VII Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada ontem em Brasília, assegurou que pelo menos por enquanto os países da região não adotem medidas protecionistas uns contra os outros.

Depois de uma tarde de discussões, representantes do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela disseram que é preciso reforçar a integração regional.

Em nota oficial, garantem que "o aprofundamento da integração regional e o fortalecimento dos laços comerciais e de cooperação financeira podem contribuir de maneira decisiva para a manutenção do crescimento, preservando e ampliando as conquistas econômicas e sociais dos últimos anos".

A adoção de medidas protecionistas pela Argentina, de forma a evitar ma "enxurrada" de produtos brasileiros (mais baratos, depois da desvalorização do real) foi

descartada pelas autoridades. Eventuais distorções podem ser corrigidas com mecanismos já previstos do Mercosul, afirmaram. O chanceler

Celso Amorim, entretanto, destacou que a reunião foi realizada a partir de sugestão da Argentina, e que o Brasil foi apenas o anfitrião.

Questionado sobre adoção de mecanismo conjunto para conter eventual chegada de produtos de outros blocos ou países (em especial, a China), Amorim disse que

"poderemos coordenar os mecanismos individuais. Se quisermos um mecanismo conjunto, temos que criá-lo", afirmou o ministro brasileiro. Amorim destacou a importância de o grupo avançar na construção de um organismo de coordenação macroeconômica.

Apesar de a reunião ter sido realizada com a presença de autoridades econômicas dos países da América do Sul, o grupo que transmitiu os resultados foi formado basicamente por diplomatas. Falaram à imprensa o embaixador Celso Amorim, ministro de Relações Exteriores do Brasil; o ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Jorge Taiana; o vice-ministro das

Relações Econômicas e de Integração do Paraguai; o embaixador Pedro Vaz, vice-chanceler do Uruguai; e o ministro das Finanças da Venezuela, Ali Rodriguez Araque.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, participaram dos debates. "A solução para a crise é mais integração, mais comércio, menos subsídio e menos distorção", disse Amorim. Mais do que garantir a implantação de medidas que efetivamente combatam os efeitos da crise financeira internacional, a VII Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada ontem em Brasília, assegurou que pelo menos por enquanto os países da região não adotem medidas protecionistas uns contra os outros.

Para Oscar Rodriguez Campuzano, do Paraguai, a crise é oportuna para reafirmar os laços de integração na região. Aproveitou, também, para dizer que o Paraguai quer vender a energia a que tem direito na geração de Itaipu diretamente no mercado brasileiro. "Não queremos tirar energia do Brasil, mas negociar diretamente no mercado do País", explicou. A intenção, explicou, seria ter uma empresa paraguaia no Brasil, negociando preços, participando de leilões. Amorim destacou a importância de o grupo avançar na construção de um organismo de coordenação macroeconômica. Ganhou força na reunião a idéia de que é necessário uma reforma profunda e abrangente da arquitetura financeira internacional. Ali

Rodriguez, da Venezuela, disse que os países da região devem unir-se para apresentar essa proposta de mudança. Participantes do encontro reafirmaram que a crise é "importada", mas com efeitos para todo o mundo. Para Rodrigues, os culpados devem ser identificados e responsabilizados, por aumentarem a fome e a pobreza. Nova reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) ocorre em 15 de dezembro, em Salvador.

## **América Latina será região preferencial – Gazeta Mercantil – 28/10/2008**

O democrata Barack Obama e o republicano John McCain prometeram devolver à América Latina o lugar de região preferencial, se chegarem à Casa Branca, mas a incerteza econômica não os ajudará, afirmam analistas.

O próximo presidente “deve reduzir as expectativas que surgirem inutilmente”, sugere Peter DeShazo, diretor do Programa para as Américas do Center for Strategic and International Studies (CSIS).

No momento, “por ordem na nossa economia é terrivelmente importante para a América Latina”, comentou Peter Hakim, do InterAmerican Dialogue. Já para

Julia Sweig, do Council on Foreign Relations, “o governo americano é cada vez mais marginal” na política da região.

O fato é que a América Latina não esteve muito presente na campanha presidencial, que se concentrou na crise econômica e nos desafios militares que os EUA ainda têm pela frente. Assim como nos demais temas, McCain e Obama

mostraram pontos de vista substancialmente diferentes sobre os tratados de livre comércio, sobre as relações com a Venezuela, ou sobre a luta antidrogas. O momento em que a região ocupou mais tempo nos debates entre Obama e

McCain foi no último encontro de ambos, em 15 de outubro.

“O senador Obama, que nunca viajou ao sul da nossa fronteira, opõe-se ao acordo de livre comércio com a Colômbia (...) nosso melhor aliado na região”, criticou

McCain, que visitou várias vezes o país caribenho e o México.

“Acredito no livre comércio, mas acredito que, por muito tempo, certamente durante o curso da administração (de George W.) Bush, com o apoio do senador

McCain, a atitude foi de que qualquer acordo é um bom acordo comercial”, rebateu Obama.

A popularidade de McCain entre os latinos foi caindo no decorrer da campanha eleitoral, como apontam as pesquisas. Segundo o instituto Gallup, apenas 26% dos hispânicos apóiam-no hoje. Em 2004, Bush venceu com 44% dos votos dessa comunidade.

## **Reunião do Mercosul fortalece idéia de integração – Jornal do Brasil – Ayr Aliski - 28/10/2008**

Conselho do Mercado Comum descartou medidas protecionistas

Mais do que garantir a implantação de medidas que efetivamente combatam os efeitos da crise financeira internacional, a VII Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada ontem em Brasília, assegurou que pelo menos por enquanto os países da região não adotem medidas protecionistas uns contra os outros.

Depois de uma tarde de discussões, representantes do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela disseram que é preciso reforçar a integração regional. Em nota oficial, reforçaram que “o aprofundamento da integração regional e o fortalecimento dos laços comerciais e de cooperação financeira podem contribuir de maneira decisiva para a

manutenção do crescimento, preservando e ampliando as conquistas econômicas e sociais dos últimos anos".

A adoção de medidas protecionistas pela Argentina, de forma a evitar uma "enxurrada" de produtos brasileiros (mais baratos, depois da desvalorização do real) foi descartada pelas autoridades. Eventuais distorções podem ser corrigidas com mecanismos já previstos do Mercosul, afirmaram. O chanceler Celso Amorim, entretanto, destacou que a reunião foi realizada a partir de sugestão da Argentina, e que o Brasil foi apenas o anfitrião.

Questionado sobre adoção de mecanismo conjunto para conter eventual chegada de produtos de outros blocos ou países (em especial, a China), Amorim disse que "poderemos coordenar os mecanismos individuais. Se quisermos um mecanismo conjunto, temos que criá-lo", afirmou o ministro.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, participaram dos debates. Mas apesar de a reunião ter sido realizada com a presença de autoridades econômicas dos países da América do Sul, o grupo que transmitiu os resultados foi formado basicamente por diplomatas.

– A solução para a crise é mais integração, mais comércio, menos subsídio e menos distorção", disse Amorim.

Ganhou força a idéia de que é necessário uma reforma profunda e abrangente da arquitetura financeira internacional. Participantes do encontro reafirmaram que a crise é "importada", mas com efeitos para todo o mundo.

**Sem Doha, crise vai superar 1929/ entrevista – Leda Rosa – Jornal do Brasil – 28/10/2008**

Educação para cidadãos brasileiros é saída para desenvolvimento

Negociador experiente em fóruns internacionais, o sueco Christer Manhusen, presidente da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, garante que a falta de um acordo no âmbito da rodada Doha pode piorar a crise internacional. Para o ex-embaixador sueco no Brasil, que trabalha há 12 anos no país, a falta do tratado multilateral pode imprimir contornos que agravam o cenário e o assemelha ao de 1929.

– É melhor um acordo multilateral menos ambicioso do que nenhum, quando os países se sentem tentados a elevar as barreiras, piorando a crise, repetindo a dinâmica de 1929, com o colapso do comércio e do crédito – diz, ao destacar a importância de aproveitar a "pequena janela de oportunidade" que Doha ainda oferece antes da eleição do novo presidente americano, marcada para 4 de novembro.

Como a Câmara de Comércio analisa a atual crise?

O estrangulamento do crédito, unido à contração da demanda agregada de consumo está gerando um círculo vicioso. Mas não é correto dizer que é igual a 1929. Agora, o mundo é muito diferente, globalizado. O ponto positivo são os governos atuando em uníssono para evitar o estrangulamento do crédito e o aumento da recessão econômica.

Neste cenário, que medidas são primordiais?

Apesar de ser uma pequena janela de oportunidade, porque está espremida pela eleição americana – o que implicará em pelo menos um ano sem negociações – a Rodada

Doha é muito importante. Nesta turbulência, é muito importante manter o multilateralismo. É a única garantia de relativa paridade nas negociações entre, por exemplo, um grande e um pequeno país. É melhor um acordo multilateral menos ambicioso do que as propostas iniciais de Doha do que os países ficarem à mercê de acordos bilaterais.

Doha ainda é viável?

Na crise, é maior a pressão sobre os governos para que cheguem a um acordo. Se diante de uma situação desta magnitude, as nações não conseguirem chegar ao consenso, é mau sinal. Em conjuntura assim, os países se sentem tentados a elevar as barreiras comerciais e isto piora a crise. Foi o que aconteceu em 1929, com o colapso do crédito, foi um salve-se quem puder, parou tudo.

Quais as estratégias para fortalecer a corrente de comércio entre o Brasil e a Suécia?

As exportações brasileiras aumentaram quase 30% entre 2006/2007. As importações cresceram 40% no mesmo período.

Quais os principais produtos da cesta de exportações sueca para o Brasil e vice-versa?

Máquinas industriais, equipamentos de telecomunicações, máquinas elétricas e eletrodomésticos, veículos e outros meios de transporte, produtos químicos, farmacêuticos e máquinas de geração de energia. Já para a Suécia, os brasileiros vendem ração animal, café, equipamentos de telecomunicações, veículos e outros meios de transporte, maquinário de geração de energia, carne, produtos químicos, ferro e aço.

Como são as perspectivas para os investimentos das empresas suecas no país em 2009?

Aqui na Câmara ainda não se pode dizer que haja uma onda no sentido da revisão para baixo dos investimentos planejados. Segundo levantamentos da Câmara, em 2006 foram US\$ 700 milhões, contra US\$ 650 milhões do mesmo período anterior.

O que o Brasil pode fazer para seguir a mesma rota da Suécia, que tem renda per capita de US\$ 44 mil dólares e um dos melhores IDH do mundo?

Educação para todos os cidadãos, não apenas para os que podem pagar. Concordo com o discurso do ex-ministro da Educação, Cristovam Buarque. O salto da Suécia para o atual padrão de vida melhor, foi conseguido com a educação para todos, do primeiro grau ao nível superior. No caso do Brasil, mais atenção ao nível técnico.

**Mercosul criará mecanismo conjunto de salvaguardas e defesa comercial** – Eliane Oliveira e Henrique Gomes Batista – O Globo – 28/10/2008

Para Brasil e Chile, no entanto, protecionismo não é a melhor opção

BRASÍLIA. Reunidos no Itamaraty, chanceleres e ministros da Economia do Mercosul decidiram criar um mecanismo para a adoção conjunta de salvaguardas e outras medidas de defesa comercial. O objetivo é proteger a região de uma possível invasão de produtos, especialmente da China e outras nações asiáticas, que deixarão de ser vendidos nos EUA e na União Européia - afetados diretamente pelos efeitos da crise financeira mundial. No entanto, apenas a Argentina quer medidas mais imediatas para proteger sua indústria.

Junto à blindagem comercial, alguns representantes do bloco, juntamente com autoridades dos associados (Bolívia, Chile, Venezuela, Peru e Equador), defenderam a criação de linhas especiais de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros organismos multilaterais de crédito. A idéia é reforçar as reservas cambiais de países mais fragilizados.

O mecanismo conjunto de defesa comercial - que inclui a adoção de salvaguardas, sobretaxas e cotas - não existe no bloco. Novas reuniões definirão os setores afetados pela expansão desordenada de importações de terceiros mercados.

Os ministros decidiram instituir um grupo de monitoramento macroeconômico e de acompanhamento dos fluxos de comércio. Os governos também promoverão um debate sobre a necessidade de integrar os sistemas financeiros da região.

**Argentina quer aumentar alíquotas de importação**

A idéia do mecanismo conjunto foi defendida com vigor pelo chanceler argentino, Jorge Taiana, que descartou pedido de ajuda ao FMI. Ele também expressou a vontade de seu governo de aumentar alíquotas de importação de produtos têxteis e de móveis e a prorrogação do imposto zero para máquinas e equipamentos. São medidas que mudariam a Tarifa Externa Comum (TEC) praticada com outros países. A proposta não é bem vista por outros países.

- A resposta ao problema da crise não é o protecionismo, e sim mais integração. Nessas questões, temos de estar muito vigilantes. Estamos vivendo uma situação nova. É como se estivéssemos no espaço sideral e usássemos a lei da gravidade aplicada na terra. É contraproducente - afirmou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, após a reunião.

Ao lado de Amorim, Taiana não fez qualquer objeção, embora as autoridades argentinas estejam sendo pressionadas pela indústria local a adotar barreiras contra produtos brasileiros, que ficaram mais baratos com a desvalorização do real. Limitou-se a dizer que a resposta para a crise teria de ser a integração comercial. Já o chanceler chileno, Alejandro Foxley, foi mais enfático:

- Não podemos usar a crise como desculpa para voltarmos à política de protecionismo dos anos 60. Ao contrário, temos que usar o comércio dos países da região como forma de garantir o crescimento e o emprego.

Foxley defendeu que o G-8 (países mais ricos do mundo mais a Rússia) aumente o aporte de recursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e na Cooperação Andina de Fomento (CAF) para que seja ampliado o volume de empréstimos. Já o vice-chanceler uruguaio, Pedro Vaz, disse que a integração comercial é um escudo para a América do Sul se proteger da turbulência. O vice-ministro da Economia paraguaio, Oscar Rodríguez afirmou que seu país é o "sócio menor" do bloco e, portanto, está mais preocupado com a crise.



**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op  
pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

